

SESSÃO DO CONGRESSO

Lei dos agrotóxicos é retomada em derrota de Marina

Parlamentares derrubaram veto de Lula e deram poder ao Ministério da Agricultura para fiscalizar e dar aval ao uso dessas substâncias. Ambientalistas criticam a medida e avaliam que o Ibama sai enfraquecido

LAURIBERTO POMPEU
E VICTÓRIA AMEL
publico@oglobo.com.br
arquivo

O Congresso retomou ontem trechos da lei que regulamenta o uso de agrotóxicos e deu poder ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fiscalizar e dar aval para o uso dessas substâncias. Esse ponto havia sido vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ambientalistas criticam a medida e avaliam que concentrar esse poder na pasta comandada pelo ministro Carlos Fávaro seria enfraquecer o papel de fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Durante a tramitação da proposta, houve embates internos no governo Lula, colocando em campos opostos Fávaro e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. No Senado, o projeto foi relatado pelo senador governista Fabiano Contarato (PT-ES).

O relatório de Contarato preservou a intenção de



Lados opostos. Ministros Carlos Fávaro e Marina Silva: tramitação da lei que regulamenta o uso de agrotóxicos provocou embates internos no governo

acelerar o trâmite dos registros de agrotóxicos — que durará no máximo dois anos contra uma média de duração anterior de 8 anos — e de conceder maiores atribuições ao Ministério da Agricultura. Outro ponto criticado foi o fim da proibição explícita a produtos cancerígenos.

Outros trechos vetados, como que poderia ensinar o reaproveitamento de embalagens e a regulamentação

de uma "Taxa de Avaliação e Registro" sobre os agrotóxicos, que seria usada para financiar o Fundo Federal Agropecuário, não foram analisados ontem e devem ser votados no próximo dia 28 de maio.

Chamada de "lei do veneno" por ambientalistas, o texto é defendido por representantes do agronegócio que acreditam que novas regras podem "modernizar" o sistema de registro e, assim,

permitir acesso mais rápido a novidades do mercado.

O projeto original foi redigido pelo ex-senador Blairo Maggi em 1999 e desde então sofreu diversas alterações. Ao ser enviado à Câmara dos Deputados, houve a inclusão dos artigos mais polêmicos. Na

gestão de Jair Bolsonaro, que sempre se colocou próximo do agronegócio, o tema voltou à tona com forte atuação da então minist

tra da Agricultura Teresa Cristina (PP-MS). Agora senadora, ela liderou a articulação em busca de um consenso.

A legislação anterior especificava diversos efeitos danosos que, se comprovados, serviam para proibir o registro de agrotóxicos. Os vetos se estendiam aos casos de necessidade de tratamento que não existiam no Brasil. Mas na nova lei, tudo isso era substituído,

na proposta original, apenas pela proibição de produtos com "risco inaceitável". Um termo genérico e abrangente, segundo especialistas, que temiam o aumento de circulação de produtos danosos.

Durante a tramitação no Senado, Contarato explicou que determinou a retirada desse trecho por considerá-lo "impreciso". No lugar, a nova lei coloca avaliação de risco por parâmetros internacionais como o GHS (sigla em inglês para Globally Harmonized System of Classification and Labelling of Chemicals), o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e o Codex Alimentarius.

LEI GERAL DO ESPORTE

Entre outros vetos do presidente Lula derrubados ontem, o Congresso retomou o pagamento de direitos de arena aos esportistas e jogadores, quando eles recebem pela exibição da imagem em partidas públicas. Os parlamentares também retomaram a criação do Fundo do Esporte que poderá ser abastecido, entre outras fontes, com receitas de apostas on-line.

GLOBOLIVROS

Sua mãe merece um presente especial

Confira a nossa seleção de livros que vão tornar o Dia das Mães ainda mais inesquecível! Escolha a obra que mais combina com a sua mãe e demonstre o seu amor através da literatura!

